

2016/2017

DOCUMENTO DE AUTO-AVALIAÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL

Agrupamento de Escolas de Arrifana, Santa Maria da Feira



julho 2017



1. INTRODUÇÃO

2. CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS
 - 2.1. RECURSOS HUMANOS
 - 2.2. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS
 - 2.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURMA
 - 2.4. MEDIDAS EDUCATIVAS
 - 2.5. PLANOS INDIVIDUAIS DE TRANSIÇÃO (PIT)
 - 2.6. PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO

3. PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
 - 3.1. PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO
 - 3.2. COOPERAÇÃO E PARCERIAS
 - 3.3. RESPOSTAS EDUCATIVAS E RESULTADOS DOS ALUNOS
 - 3.3.1 PROCESSO DE AVALIAÇÃO
 - 3.3.2 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)
 - 3.3.3 OPERACIONALIZAÇÃO DO PEI
 - 3.3.4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PEI
 - 3.3.5 HORÁRIOS DAS CRIANÇAS E DOS ALUNOS
 - 3.3.6 RESULTADOS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DE CARÁTER PERMANENTE
 - 3.4. FORMAÇÃO

4. SUBSÍDIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – REQUERIMENTOS E DECLARAÇÕES

5. ASPETOS A MELHORAR
 - 5.1. FORMAÇÃO
 - 5.2. PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO
 - 5.3. DOCENTES

6. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

Este relatório de autoavaliação procura refletir sobre as práticas da EDUCAÇÃO ESPECIAL levadas a cabo no ano letivo de 2016/2017. Surge do planeamento de mecanismos de monitorização e de autorregulação da Educação Especial. Tem como objetivo apreciar a qualidade das respostas educativas proporcionadas às crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente e os resultados alcançados, contribuindo para o aperfeiçoamento e a melhoria das práticas da escola.

Procura ainda acompanhar a organização e o funcionamento da Educação Especial, tendo em conta:

- a) O seu planeamento;
- b) Os procedimentos de referenciação e avaliação;
- c) A elaboração e execução dos Programas Educativos Individuais;
- d) A articulação entre os diversos intervenientes, incluindo docentes, famílias, serviços e entidades;
- e) A gestão dos recursos humanos e materiais quanto à sua adequação, eficácia e racionalidade.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

O Agrupamento de Escolas de Arrifana, Santa Maria da Feira, é composto por sete Jardins de Infância, seis EB1 e ainda duas Escolas Básicas, distribuídos por cinco freguesias: Arrifana, Escapães, Milheirós de Poiares, Pigeiros e Romariz, pertencentes ao concelho de Santa Maria da Feira.

Freguesias	Jl	EB1	EB 2/3
Arrifana	Bairro Fontainhas Manhouce	Bairro Outeiro	Arrifana (sede)
Escapães	Stº António	Igreja	----
Milheirós de Poiares	Pereiro	Igreja	Milheirós de Poiares
Pigeiros	Bajouca	Pigeiros	----
Romariz	Romariz	Romariz	----

Quadro 1 – Composição do Agrupamento

Através da observação do quadro seguinte podemos analisar o número de crianças e alunos por nível e ciclo de educação e ensino. Note-se que a percentagem de alunos com necessidades educativas especiais é maior ao nível do 2º e 3º ciclos.

Níveis de Escolaridade	Total crianças e alunos			Crianças e alunos com NEE					
	2014/15	2015/16	2016/17	2014/15		2015/16		2016/17	
				n	%	n	%	n	%
Educação pré-escolar	123	121	134	1	0,81	2	1,7	2	1,49
1º ciclo	407	406	359	13	0,32	8	2	5	1,39
2º ciclo	227	179	172	11	4,85	16	9	12	6,98
3º ciclo	437	373	331	15	3,43	15	4	17	5,14
Total	1194	1079	996	40	3,35	41	3,8	36	3,61

Quadro 2 – Crianças e alunos por nível e ciclo de educação e ensino

Verifica-se que o número de alunos a quem são prestados apoios especializados no âmbito da Educação Especial (36) corresponde a cerca de 3,6% do total de alunos da escola (QUADRO 2). Este número diminuiu ligeiramente em relação ao ano letivo anterior.

2.1. RECURSOS HUMANOS

Todos os docentes que prestam serviço no grupo neste agrupamento possuem especialização em Educação Especial, conferida pela titularidade de habilitação profissional para a docência acrescida (curso de formação especializada). Seis docentes são do Quadro de Agrupamento, cinco pertencentes ao grupo 910 e uma ao grupo 110, à qual foram atribuídas 5 horas letivas, e um docente contratado do grupo 400, ao qual foi atribuída 1 hora letiva. Fizeram ainda parte do grupo disciplinar, temporariamente, dois docentes contratados, em substituição de dois docentes do QA em de atestado médico. A Coordenação da Educação Especial coube à docente Isabel Lima e, no período, em que esta esteve de atestado médico, as suas funções foram assumidas pela docente Carla Patrícia Pinto.

	910	110	230	400	620
QA	5	1	--	--	--
Contratados	3	--	1	1	1
Total	9				

Quadro 3 – Docentes do Quadro e Contratados

Relativamente ao pessoal não docente, tivemos duas assistentes operacionais destacadas para o apoio a uma criança com tetraparésia flácida e a uma aluna com paralisia cerebral. A psicóloga, Dr.ª Isa Silva, dispôs, em média, de pelo menos 3h semanais de apoio à educação especial.

Pessoal não docente		Nº Horas/Semana
Assistentes operacionais	D. Júlia/D. Soraia	4h/semana
	D. Lúcia	Acompanhamento durante intervalos e aulas de Mobilidade
Psicóloga	Isa Silva	3h

Quadro 4 – Pessoal não Docente

Nos quadros seguintes, encontra-se o nº de tempos letivos semanais disponibilizados por cada docente, por nível de escolaridade e as horas despendidas com alunos com Currículo Específico Individual dos 2.º e 3.º ciclos.

	Júlio	Isabel (Carla)	Catarina	Gabriela (José)	Carla P.	Sandra	José S.
Educação pré-escolar	--	--	--	8H	--	--	--
1º ciclo	--	--	--	8H	--	--	--
2º/3º ciclos	18T	22T	22T	--	16T	5T	1
Total	18T	22T	22T	16H	16T	5T	1

Quadro 5 – Nº tempos letivos/horas destinados a acompanhamento de alunos NEE

	Júlio	Isabel (Carla)	Catarina	Gabriela (José)	Carla P.	Sandra	José S.
Acompanhamento a CEI	12 (1ºPeríodo) 10 (2º/3ºPeríodos)	2 (1ºPeríodo)	12 (1ºPeríodo) 10 (2º/3ºPeríodos)	--	--	5	--

Quadro 6 – Nº tempos letivos destinados a acompanhamento alunos CEI

Importa referir que, para além dos tempos prestados pelos docentes de Educação Especial, foram disponibilizadas outras ofertas/apoios para 3 alunos com CEI (3º ciclo), dois dos quais ao abrigo da Portaria nº201-C/2015, de 10 de julho, por docentes de outros grupos disciplinares com perfil adequado.

	Português	Matemática	Inglês	Boccia	EF/Natação	Projeto Artes	Ciências Exp.
3º ciclo	14	12	5	3	2	3	1

Quadro 7 – Nº tempos destinados a acompanhamento de alunos CEI por docentes de outros grupos disciplinares.

Foram também destinados tempos para apoiar individualmente alguns alunos em sala de aula (Português e Matemática e Inglês).

	Português	Matemática	Inglês
2º e 3.º ciclos	2+3	1	1+2
Total	5	1	3

Quadro 8 – Nº horas letivas destinadas a Apoio Pedagógico Personalizado (dentro da turma) por docentes de outros grupos disciplinares.

O quadro seguinte (**Quadro 9**) apresenta a distribuição dos tempos não letivos para avaliação, atendimento a encarregados de educação e apoio a alunos. De salientar que todos os elementos da educação especial constituíram a equipas de avaliação pedagógica, tendo avaliado os alunos referenciados à educação especial ou realizado o respetivo encaminhamento pedagógico. Os restantes tempos foram destinados para apoio a alunos. Os dois tempos restantes da docente Isabel Lima foram destinados à coordenação.

Atividade	Júlio	Isabel (Carla)	Catarina	Gabriela (José)	Carla P.	Sandra	José S.
Avaliação/AEE	3	2	2	1	2		
Apoio alunos	2			2			
Reuniões Grupo	1	3	1	1	1		

Quadro 9 – Nº horas não letivas/TE destinadas a avaliação, apoio a alunos e atendimento aos encarregados de educação.

Os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI) constituíram-se parceiros privilegiados da escola no desenvolvimento da ação educativa junto dos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente. Durante este ano letivo, estabelecemos protocolos com o Centro de Recursos para a Inclusão da Feira (CRI) / CerciFeira e CERCI de São João da Madeira.



Apoio específico a alunos com NEE			
	Nº Alunos	Tempos (Horas)	Instituição
Psicólogo	10	7h20m	CRI - Feira
Terapeuta da Fala	1	50m	CRI – Feira
Terapeuta Ocupacional	1	50m	CRI – Feira
PIT	2	14	CerciFeira
Totais	12*	23h	CRI – Feira/CerciFeira

Quadro 10 - Apoio específico a alunos com NEE

*O número total de alunos não corresponde à soma, uma vez que alguns discentes usufruíram de mais do que um tipo de apoio (ex: psicologia, terapia da fala e terapia ocupacional).

Para além dos protocolos estabelecidos, a escola tem ainda recorrido à colaboração de profissionais de outras entidades, em regra inseridas nas comunidades locais, com intervenção na área social (Assistentes Sociais, CPCJ, CAFAP), na saúde física e mental (APPC - Porto), no desporto e ainda de serviços do estado e das autarquias locais (Hospitais, Unidades de Saúde, Serviços Municipais, Juntas de Freguesia, etc.).

2.2. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

Apresentam-se, de seguida, os dados relativos aos equipamentos e materiais utilizados no desenvolvimento dos processos de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e às acessibilidades e condições das instalações.

Na generalidade (QUADRO 11), as diversas escolas possuem os recursos materiais e pedagógicos necessários para o desenvolvimento da prática letiva. Neste ano letivo, foi adquirido material pedagógico específico, com vista a uma maior estimulação dos alunos e enriquecimento da prática letiva. Foi feito o levantamento do material pedagógico a adquirir para o desenvolvimento do mesmo.

RECURSOS	SIM	NÃO	NA
Os recursos materiais e pedagógicos/educativos são suficientes face às necessidades específicas das crianças/alunos	X		
Os recursos materiais são adequados ao modelo de ensino implementado	X		
O mobiliário e o equipamento estão devidamente adaptados às necessidades específicas	X		

Quadro 11 – Equipamentos e materiais



No âmbito da Educação Especial considera-se que as condições de acessibilidade e a adequação das instalações são aspetos de primordial relevância – ou mesmo decisiva - para a correta integração das crianças e alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Há uma adequação dos recursos físicos, materiais, adequação das acessibilidades aos edifícios escolares e equipamentos às necessidades dos alunos, especialmente com rampas e acessos ao Bufete das duas escolas básicas. Possuímos duas plataformas elevatórias, uma em cada Escola Básica e um elevador na Escola do 1.º Ciclo de Milheirós de Poiares.

ACESSIBILIDADES	SIM	NÃO	NA
As acessibilidades à escola estão adaptadas às especificidades dos alunos	X		
As instalações escolares estão adequadas/adaptadas às especificidades dos alunos	X		

Quadro 12 – Acessibilidades e Adequação das Instalações

2.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURMA

O número total de crianças e alunos que frequentam a escola permite perceber a dimensão relativa da população escolar enquadrada no âmbito da Educação Especial, apresentada no Quadro 13.

Níveis	Número de Grupos/Turmas	Número/Percentagem de Grupos/Turmas com alunos com NEE	Número/ Percentagem de Grupos/Turmas com NEE com redução de alunos
Educação pré-escolar	7	2 (28,6%)	2 (28,6%)
1º ciclo	21	5 (23,8%)	5 (23,8%)
2º ciclo	9	7 (77,7%)	7 (77,7%)
3º ciclo	16	11 (68,7%)	9 (56,2%)
Total	53	25 (47,1%)	23 (43,3%)

Quadro 13 – Crianças e alunos por Nível e Ciclo de Educação e Ensino

Constata-se também que, dos 25 grupos e turmas que integram alunos com NEE, 23 têm uma efetiva redução do número de crianças e alunos.

2.4. MEDIDAS EDUCATIVAS

A adoção de medidas educativas visa promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, adequando o currículo ao seu nível de funcionalidade e às dificuldades de aprendizagem.

Número/percentagem das medidas educativas aplicadas por nível/ciclo					
	Educação pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Total
Nº alunos	2	5	12	17	36
Apoio pedagógico personalizado	2 100%	5 100%	12 100%	17 100%	36 100%
Adequações curriculares individuais	2 100%	4 80%	10 83,33%	12 70,58%	28 77,77%
Adequações no processo de matrícula	0 0%	0 0%	0 0%	1 5,88%	1 2,77%
Adequações no processo de avaliação	2 100%	5 100%	12 100%	17 100%	36 100%
Currículo específico individual	0 0%	0 0%	0 0%	3 17,64%	3 8,33%
Tecnologias de apoio	1 50%	2 40%	7 58,33%	4 23,52%	14 38,88%

Quadro 14 – Peso Relativo das Medidas Educativas Aplicadas

De acordo com o QUADRO 14 as medidas apoio pedagógico personalizado e adequações no processo de avaliação foram as mais utilizadas, com a totalidade dos alunos a usufruírem desta medida, seguida de adequações curriculares individuais, com uma percentagem de 77,77%.

A medida Currículo Específico Individual (CEI) abrange três alunos no terceiro ciclo (8,33%).

A medida educativa Adequações no processo de matrícula apenas por um aluno no 3º ciclo.

2.5. PLANOS INDIVIDUAIS DE TRANSIÇÃO (PIT)

De acordo com a Portaria nº201-C/2015, de 10 de julho, “o currículo dos alunos com NEE que frequentam a escolaridade com CEI deve, nos três anos que antecedem a idade limite da escolaridade obrigatória, incluir programas específicos de transição e treino vocacional que os prepare para, depois de saírem da escola, serem membros independentes e ativos das respetivas comunidades”. No sentido de preparar a transição do jovem para a vida pós-escolar, o plano individual de transição deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária.

Dos três alunos com CEI todos desenvolveram PIT. Um desenvolvido na EB de Milheirós de Poiares e dois desenvolvidos em protocolo com o CRI – Feira.

	PIT (N)
Alunos com Planos Individuais de Transição = PIT em execução	3
PIT em execução implementados três anos antes do limite da escolaridade obrigatória	3
PIT em execução que promovem o exercício de uma atividade profissional – contexto externo	2

Quadro 15 – Planos individuais de transição (PIT)

	SIM	NÃO	NA
Os PIT em execução promovem a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária	X		
Os PIT correspondem às expectativas das famílias	X		
Os PIT em execução estão datados e assinados pelos profissionais que participam na sua elaboração, bem como pelos pais e encarregados de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno	X		

Quadro 16 – Implementação dos planos individuais de transição e expectativas das famílias

2.6. PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO

A referenciação é encarada como o ponto axial a partir do qual se desencadeia o processo de avaliação especializada por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – Versão Crianças e Jovens (CIF-CJ), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e/ou o encaminhamento para outras respostas educativas exteriores ao âmbito da Educação Especial.

	Crianças e alunos referenciados último ano (N)
Educação pré-escolar	1
1.º ciclo	9
2.º ciclo	3
3.º ciclo	1
Total	14

Quadro 17 – Crianças e alunos referenciados no ano de 2016/2017

Como se pode ver no QUADRO 17, do total de 14 crianças e alunos referenciados, cinco foram submetidos a avaliação especializada por referência à CIF-CJ. Destes, todos foram considerados elegíveis para beneficiar de medidas educativas especiais, ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008. Um dos alunos que foi referenciado não foi submetido a avaliação especializada por referência à CIF-CJ, uma vez, que se trata de um aluno com doença oncológica, seguindo-se o disposto na legislação (Lei nº 71/2009 de 6 de agosto). Os outros nove foram encaminhados para beneficiar de outras respostas educativas, no âmbito dos apoios e complementos educativos, previstos pelo agrupamento.

A organização do processo de referenciação e avaliação respeitou o protocolo definido e o seu cumprimento consistiu numa mais-valia na resposta aos requerimentos apresentados: os requerimentos de Referenciação após darem entrada nos Serviços Administrativos, foram analisados pela Diretora que requereu mais documentos/arquivou/encaminhou para a equipa de Educação Especial para fazer a respetiva avaliação. Todos os casos encaminhados foram analisados pela Educação Especial. Os instrumentos de avaliação criados e utilizados para estas avaliações permitiram um elevado grau de objetividade na análise de cada caso. A discussão de cada caso, dentro da equipa, permitiu ainda uma visão mais clara, global e comparativa dos alunos, um envolvimento real dos pais/encarregados de educação especial e outros técnicos nas reuniões. A participação ativa da Diretora neste processo tornou-se essencial para o encaminhamento dos apoios a prestar, em cada situação.

O encaminhamento das crianças e alunos para apoios especializados no âmbito da Educação Especial pressupõe a referenciação das crianças e alunos que eventualmente deles necessitem, a qual deve ocorrer o mais precocemente possível, detetando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades. A totalidade das referenciações foi efetuada pelos docentes.



Nos processos individuais analisados, o documento de referenciação foi da responsabilidade :	SIM	NÃO
• de docentes	X (13)	
• de outros (psicólogos, hospital, <u>encarregada de educação</u>)	X 1	
Nos documentos de referenciação da responsabilidade de docentes constam:		
• as razões que levaram o docente a referenciar a criança ou o aluno	X	
• as respostas educativas já desencadeadas pelo docente junto da criança/aluno	X	
• as evidências que sustentam a referenciação (trabalhos dos alunos, registos de avaliação, etc.)	X	

Quadro 18 – Documentos de referenciação

A referir ainda que, no presente ano letivo, a equipa de educação especial monitorizou os alunos referenciados à educação especial e que beneficiaram de outras medidas educativas.

	Alunos monitorizados
Educação pré-escolar	2
1.º ciclo	6
2.º ciclo	5
3.º ciclo	1
Total	14

Quadro 19 – Monitorização de alunos

As duas crianças do pré-escolar continuarão a ser alvo de monitorização, no próximo ano letivo, importando referir que uma destas crianças transita para o 1º Ciclo, tendo usufruído de um adiamento escolar durante o ano letivo 2016/2017.

Dos alunos monitorizados, seis do 1º ciclo, dois foram referenciados à educação especial em 2014/2015, não conseguindo superar as suas dificuldades apesar das medidas implementadas. Desta forma, um destes alunos irá ser alvo de uma reavaliação e o outro aluno continuará a ser monitorizado, durante o decorrer do primeiro período, para se aferir a necessidade de ser reavaliado. Os restantes alunos continuarão em monitorização pela equipa de educação especial.

Dos cinco alunos do 2º ciclo, dois já tinham sido referenciados à educação especial em 2014/2015. Após análise dos registos de monitorização destes dois alunos verificou-se não ser necessário continuarem em processo de monitorização, uma vez que alcançaram sucesso

educativo e transitaram para o 3º ciclo. Os outros três alunos continuarão a ser monitorizados por terem sido referenciados apenas este ano letivo 2016/2017.

Relativamente ao aluno do 3º ciclo, este continuará em processo de monitorização, visto só ter sido referenciado este ano letivo.

3. PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A organização da Educação Especial está expressa nos documentos estruturantes da escola como o Regulamento Interno e Projeto Educativo. A referir que no início do ano letivo 2016/2017 foi reformulado o Regulamento Específico da Educação Especial, que constitui um documento orientador da prática adotada pelo grupo.

Tendo por base os documentos orientadores e o relatório de autoavaliação, este grupo propôs as atividades necessárias a fazer parte do Plano Anual de Atividades.

A Diretora faz um acompanhamento atento e próximo de todos os assuntos relativos à Educação Especial nomeadamente referências, avaliações, elaboração de horários e distribuição de serviço.

Através de reuniões periódicas e também no âmbito da Cultura Aprendente, o grupo de Educação Especial procurou mobilizar as práticas de trabalho colaborativo. A este grupo coube a organização dos processos individuais das crianças e alunos e a proposta à Direção de respostas diferenciadas para as crianças/alunos. Os critérios de distribuição de serviço docente, balizam-se pela formação inicial e continuidade pedagógica. Ao pessoal não docente com um perfil mais adequado é distribuído serviço de apoio a estes alunos.

Nos Planos de Turma, está presente a caracterização dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, discriminando o planeamento das medidas educativas a partir do documento de referência - o PEI e seus anexos. Os pais/encarregados de educação, através das reuniões realizadas pelos docentes que acompanham os alunos NEE, beneficiam de momentos de formação.

Procuramos proporcionar uma orientação e desenvolvimento estratégico dos alunos com currículo específico individual e a previsão de respostas diferenciadas para as crianças/alunos através de parcerias com a CERCIFEira.

3.1 PLANEAMENTO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Importa perceber como, nos documentos estruturantes do agrupamento a Educação Especial está organizada, é planeada e avaliada e em que medida ela é tida em conta na definição da missão e visão da escola.

	SIM	NÃO
O projeto educativo prevê as adequações de carácter organizativo e de funcionamento necessárias ao desenvolvimento das respostas educativas no âmbito da Educação Especial	X	
O projeto educativo contém as metas e estratégias que a escola se propõe realizar com vista a apoiar os alunos com NEE	X	
O plano de atividades integra estratégias e atividades que visam o apoio personalizado aos alunos com NEE no âmbito das medidas educativas aplicadas	X	
O regulamento interno estabelece a organização e funcionamento da Educação Especial	X	
Existem critérios de distribuição do serviço docente no âmbito da Educação Especial	X	
A escola desencadeou mecanismos de monitorização e autorregulação da Educação Especial	X	
O diretor tem orientado e assegurado o desenvolvimento dos Currículos Específicos Individuais	X	
O departamento curricular tem orientado e assegurado o desenvolvimento dos Currículos Específicos Individuais	x	
O grupo de Educação Especial tem orientado e assegurado o desenvolvimento dos Currículos Específicos Individuais	x	
A diretora procede ao registo da assiduidade dos técnicos dos CRI	X	
A diretora desencadeou os procedimentos necessários à avaliação especializada dos alunos por referência à CIF	X	
O processo de referenciação e de avaliação assumiu carácter prioritário em detrimento de outro serviço não letivo após elaboração dos instrumentos de avaliação	X	
A distribuição do serviço letivo teve em conta o estabelecido nos PEI, designadamente a disponibilização de apoio personalizado e a lecionação de disciplinas específicas (CEI)	X	
A constituição de turmas teve em conta o estabelecido nos PEI, designadamente quanto à redução do n.º de crianças/alunos por grupo/turma	X	

Quadro 20 – Planeamento, organização e gestão

3.2 COOPERAÇÃO E PARCERIAS

Regista-se no QUADRO 21 os mecanismos de cooperação e parcerias que a escola desencadeou com instituições da sociedade civil que atuam na área da saúde e reabilitação, economia social, desporto, entre outras. Assumem maior relevo a área das terapias, do desenvolvimento psicológico, da transição para a vida pós-escolar, das atividades físicas e desporto adaptado. Saliente-se, ainda, a existência de parcerias com instituições de ensino superior e associações especializadas em razão da matéria.



A escola estabeleceu parcerias com instituições da sociedade civil para:	
Referenciação e avaliação das crianças e alunos com NEE	CRI- Feira Consulta de desenvolvimento do Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga Centro Hospitalar do Porto
Terapia da fala	APPC - Porto Gabinetes externos
Terapia ocupacional	CRI Gabinetes externos
Avaliação e acompanhamento psicológico	CRI APPC - Porto Gabinetes externos
Transição para a vida pós-escolar	PIT – Centro de Formação Profissional da CERICFeira
Pedopsiquiatria/Consultas de desenvolvimento	Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga Centro Hospitalar do Porto
Preparação para a integração em centros de atividades ocupacionais (CAO)	
Acompanhamento dos alunos/monitorização da situação em casa	Assistentes Sociais das diversas freguesias CAFAP CPCJ Técnicas do Tribunal

Quadro 21 – Cooperação e parcerias

3.3. RESPOSTAS EDUCATIVAS E RESULTADOS DOS ALUNOS

Reportam-se como aspetos positivos e já implementados neste agrupamento os seguintes:

- Articulação entre os diferentes intervenientes (Docentes, CRI, professores titulares, educadoras, terapeutas e técnicos especializados) na procura da melhor resposta educativa.
- Dinamização de respostas técnicas específicas (terapeuta da fala, psicólogo, terapeuta ocupacional).
- Disponibilidade dos docentes da educação especial para atender a situações: de acordo com os docentes do agrupamento 30,76% estão totalmente satisfeitos com a disponibilidade dos docentes para atender a sua situação, 35,89% muito satisfeitos e 28,20% estão satisfeitos; só 5,12% estão pouco satisfeitos, não havendo nenhum nada satisfeito. *(avaliação efetuada através Google Forms, à qual responderam 39 docentes)*.
- Capacidade dos docentes para resolver problemas/dificuldades que foram surgindo: de acordo com os resultados 33,33% estão totalmente satisfeitos com a capacidade dos docentes para resolver problemas/dificuldades que foram surgindo, 30,76% muito

satisfeitos e 30,76% estão satisfeitos, verificando-se apenas 5,12% pouco satisfeitos (*avaliação efetuada através Google Forms, à qual responderam 39 docentes*).

- Satisfação dos pais/encarregados de educação com o serviço prestado pelo grupo: 80,95% dos pais/encarregados de educação estão totalmente satisfeitos, 14,21% muito satisfeitos, 4,76% satisfeitos e nenhum se encontra pouco satisfeito (avaliação efetuada através de questionário, à qual responderam 21 pais/encarregados de educação).
- Articulação entre os profissionais de Educação Especial e as famílias das crianças/alunos.
- Monitorização e avaliação dos programas educativos individuais das crianças/alunos (no final de cada período).
- Monitorização dos alunos referenciados à Educação Especial que não foram alvo de avaliação especializada, com relatório de encaminhamento pedagógico.
- Desenvolvimento de procedimentos com vista à integração e socialização das crianças/alunos através da dinamização de atividades conjuntas, tanto ao nível da própria turma como ao nível mais geral.
- Implementação dos planos individuais de transição.
- Participação dos alunos com currículo específico individual em atividades conjuntamente com os colegas da turma (Educação Física, Educação Visual, Educação Tecnológica, EMRC e Educação Cívica).
- Oferta Curricular de atividades diversificadas aos alunos CEI (Boccia, Mobilidade, Projeto Artes e Inglês).
- Desenvolvimento de mecanismos de supervisão e de acompanhamento dos currículos específicos individuais (final de cada período em Conselho de Turma e nas reuniões de departamento).
- No âmbito da referenciação foi importante a constituição de uma equipa de avaliação pedagógica coesa e disponível, que permitisse ter uma visão global e comparativa dos alunos; a discussão de todos os casos em grupo; o envolvimento real dos pais/encarregados de educação especial e outros técnicos nas reuniões; assim como o envolvimento de um elemento da direção em cada processo, para que tivesse uma visão global do agrupamento e para auxílio no encaminhamento dos apoios a prestar, em cada situação.
- Cumprimento do prazo dos 60 dias.
- Condução do processo de decisão da elegibilidade dos alunos para a Educação Especial por critérios mais objetivos e claramente partilhados por todo o grupo.

- Desempenho e dedicação dos assistentes operacionais com as crianças/alunos.
- Participação dos pais/encarregados de educação na elaboração dos programas educativos individuais, ainda que limitada.

3.3.1 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Relativamente ao processo de avaliação das crianças e dos alunos, observa-se que em 100% dos processos analisados, a avaliação por referência à CIF contempla as componentes da funcionalidade e da incapacidade e fatores contextuais.

Tendo em conta que o processo de avaliação pressupõe a intervenção de um conjunto de profissionais e serviços, bem como a participação ativa dos pais e encarregados de educação, verifica-se que, tiveram efetiva participação de todos os agentes e parceiros.

Em 100% dos processos individuais analisados, nos relatórios técnico-pedagógicos constam as razões que determinam ou não a intervenção da Educação Especial, e nos casos em que se verifica a implementação de medidas educativas especiais, são descritas as necessidades específicas do aluno e a sua tipologia (perfil de funcionalidade com as funções do corpo, atividade e participação e os fatores ambientais). Os relatórios técnico-pedagógicos dos alunos com necessidades educativas especiais encontram-se na sala da Educação Especial, juntamente com todo o processo relativo a esse aluno; mas sempre que há um pedido de transferência esse processo acompanha a remessa do processo individual para a escola de destino. Os relatórios técnico-pedagógicos dos alunos que não necessitam de uma intervenção da Educação Especial, estão no seu processo (existindo uma cópia no dossier Referenciação).

3.3.2. ELABORAÇÃO DO PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL (PEI)

O programa educativo individual (PEI) é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação, devendo explicitar as necessidades educativas especiais da criança ou jovem, baseadas na observação e na avaliação de sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo e deve integrar o processo individual do aluno. A elaboração dos PEI obedece a um conjunto de aspetos formais e processuais.

No QUADRO 22 é possível analisar os aspetos formais dos programas educativos individuais, constatando-se que estes fixam e fundamentam as respostas educativas e respetivas formas de avaliação e foram elaborados de forma participada. O PEI constitui o

único documento válido para efeitos de distribuição de serviço docente e não docente e constituição de turmas.

O programa educativo individual: PEI	SIM	NÃO
- fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação	X	
- foi elaborado de forma participada	X	
- foi elaborado até 60 dias após a referenciação da criança/aluno	X	
- contém todos os elementos obrigatórios	X	
- foi submetido à aprovação do conselho pedagógico	X	
- foi homologado pelo Diretor	X	
- foi aplicado com a autorização expressa do encarregado de educação	X	

Quadro 22 – Elaboração do PEI

Os PEI foram submetidos à aprovação do Conselho Pedagógico e contêm todos os elementos previstos no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, designadamente:

- a identificação do aluno;
- o resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes;
- a caracterização dos indicadores de funcionalidade e do nível de aquisições e dificuldades do aluno;
- os fatores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem;
- a definição das medidas educativas a implementar;
- a discriminação dos conteúdos, dos objetivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar;
- o nível de participação do aluno nas atividades educativas da escola;
- a distribuição horária das diferentes atividades previstas;
- a identificação dos técnicos responsáveis;
- a definição do processo de avaliação da implementação do programa educativo individual;
- a data e assinatura dos participantes na sua elaboração e dos responsáveis pelas respostas educativas a aplicar.

Todos os PEI submetidos à aprovação do Conselho Pedagógico são homologados pela Diretora. De igual modo, 100% dos PEI foram aplicados com autorização expressa dos encarregados de educação.

3.3.3 OPERACIONALIZAÇÃO DO PEI

A adequação do processo de ensino e de aprendizagem no âmbito dos apoios especializados, como já foi referido, implica a concretização de medidas educativas que promovam as aprendizagens e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

De seguida apresentamos as estratégias implementadas pelo agrupamento, previstas nos PEI e observadas no contexto educativo em que os alunos estão integrados.

O apoio pedagógico personalizado contempla:	SIM	NÃO	NA
- reforço das estratégias utilizadas no grupo/turma (organização, espaço e atividades)	X		
- estímulo, reforço e desenvolvimento das aprendizagens	X		
- antecipação da aprendizagem de conteúdos lecionados no grupo/turma	X		
As adequações curriculares individuais propostas:			
- asseguram as aprendizagens nas áreas de conteúdo das orientações curriculares para a educação pré-escolar	X		
- asseguram a aquisição do currículo, no ensino básico	X		
- contemplam a introdução de áreas curriculares específicas		X	
- determinam a dispensa de atividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno	X		
- as adequações curriculares individuais foram objeto de parecer do conselho de turma/docentes	X		
O currículo específico individual inclui:			
- conteúdos relativos à autonomia pessoal e social do aluno	X		
- atividades de cariz funcional centradas nos contextos de vida	X		
- componentes de transição para a vida pós-escolar	X		

Quadro 23 – Operacionalização do PEI

O apoio pedagógico personalizado – a prestar pelos educadores de infância, professores titulares de turma e disciplina ou pelo docente de Educação Especial, contempla o reforço das estratégias utilizadas no grupo/turma ao nível da organização, dos espaços e das atividades. Por outro lado, o apoio prevê o estímulo, reforço e desenvolvimento das aprendizagens, mas não

se prevê, em todos os casos, a antecipação da aprendizagem de conteúdos lecionados no grupo/turma.

A aplicação da medida educativa adequações curriculares individuais reveste-se de especiais cuidados, designadamente quanto à necessidade de assegurar a efetivação das aprendizagens nas áreas de conteúdo das orientações curriculares para a aquisição do currículo comum no ensino básico. Neste contexto, a aplicação desta medida foi determinada com o parecer do conselho de turma ou da estrutura correspondente na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico.

No que diz respeito aos Currículos Específicos Individuais, pressupõem-se alterações significativas no currículo comum, visa o desenvolvimento da autonomia pessoal e social do aluno e se dá prioridade ao desenvolvimento de atividades de cariz funcional centradas nos contextos de vida, à comunicação e à organização do processo de transição para a vida pós-escolar. A informação resultante da avaliação sumativa dos alunos do ensino básico abrangidos pelo artigo 16.º, alínea e) do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, expressa-se de 1 a 5, acompanhada de uma apreciação descritiva a todas as disciplinas, sobre a evolução do aluno (Cf. Despacho normativo n.º 1-F/2016 - Artigo 13.º, ponto 4, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação).

Os resultados dos alunos CEI foram os seguintes:

	Nº alunos	Alunos CEI					Nº classificações
		Nº classificações	Nº classificações	Nº classificações	Nº classificações	Nº classificações	
		5	4	3	2	1	
2.º ciclo	0	0	0	0	0	0	
3.º ciclo	3	1	10	16	0	0	
Total	3	1	10	16	0	0	

Quadro 24 – Resultados classificações CEI

Relativamente à avaliação dos outros alunos abrangidos pelo Decreto-Lei 3/2008, importa referir que 8,1% não obtiveram sucesso educativo, apesar das medidas implementadas. A referir que a taxa de insucesso é justificada por acentuadas limitações cognitivas e por falta de assiduidade e recusa das medidas educativas especiais, no caso de um aluno do 3.º ciclo.

Ciclo	Nº Alunos	Aprovados	Não Aprovados
Pré-escolar	2	2	0
1º	5	5	0
2º	12	12	0
3º	17	17	0
Total	36	36	0

Quadro 25 – Resultados classificações Outras Medidas Educativas

3.3.4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PEI

No que diz respeito ao acompanhamento e avaliação dos PEI, estes foram revistos no final de cada nível e ciclo de educação e ensino. Os PEI são coordenados pelo Educador de Infância/ Professor Titular de turma no 1.º ciclo/Diretor de Turma nos restantes ciclos de escolaridade.

Regista-se a existência de avaliação em cada período elaborada individualmente no anexo de cada disciplina e globalmente no relatório de avaliação final. A elaboração dos Relatórios Circunstanciados e Individualizado aconteceu em 100% dos casos.

O Relatório Circunstanciado e Individualizado avalia os resultados obtidos pelos alunos, o seu desenvolvimento biopsicossocial, a eficácia das medidas aplicadas e a necessidade de proceder a alterações ao PEI, indicando as medidas a adotar no ano letivo seguinte. Todos os relatórios foram aprovados pelo Conselho Pedagógico e pelos encarregados de educação.

O programa educativo individual: PEI	SIM	NÃO
- foi revisto no final de cada nível e ciclo de educação e ensino	X	
- é coordenado pelo educador/professor titular ou diretor de turma	X	
- é avaliado, pelo menos, trimestralmente	X	
O relatório circunstanciado, elaborado no final do ano letivo:		

- avalia os resultados obtidos pelo aluno	X	
- avalia o desenvolvimento biopsicossocial do aluno	X	
- avalia a eficácia das medidas aplicadas	X	
- indica a necessidade de proceder a alterações no PEI	X	
- indica as medidas a adotar no ano letivo seguinte	X	
- o relatório encontra-se aprovado pelo conselho pedagógico	X	
- o relatório encontra-se aprovado pelos encarregados de educação	X	

Quadro 26 – Acompanhamento e avaliação do PEI

3.3.5 HORÁRIOS DAS CRIANÇAS E DOS ALUNOS

Os horários de frequência da avaliação e acompanhamento psicológico e acompanhamento por docentes da Educação Especial decorreram dentro do período das atividades curriculares (QUADRO 27) pois são desenvolvidas por técnicos do agrupamento.

No caso em que as terapias decorrem nas instalações da escola (CRI), não subsistem situações de sobreposição com as atividades curriculares.

Do mesmo modo, os alunos que frequentam apoios fora dos estabelecimentos de ensino, em regra, nos gabinetes privados, decorrem fora do horário escolar.

Horários dos alunos nos PEI analisados:	SIM	NÃO
Nos horários dos alunos com CEI existe sobreposição entre as componentes específicas dos CEI e as disciplinas da estrutura curricular comum que o aluno deve frequentar		X
As terapias sobrepõem-se às atividades curriculares dos alunos com NEE		X
Há terapias a decorrer fora das instalações da escola	X	

Quadro 27 – Horários dos alunos com CEI e terapias

3.3.6 RESULTADOS DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DE CARÁTER PERMANENTE

Como se pode observar no QUADRO 28, o agrupamento procede à monitorização dos resultados dos alunos com NEE em sede de Conselho de Turma, Grupo Disciplinar, Departamento curricular e de Conselho Pedagógico. A ação educativa reorienta-se em função dos resultados dos alunos e a escola conhece o impacto da sua ação junto das famílias dos alunos através de um questionário lançado para o efeito, no final do ano 2016/2017.

A escola procede à monitorização específica dos resultados dos alunos com NEE ao nível:	SIM	NÃO
do Conselho de Turma	X	
do Grupo Disciplinar	X	

dos Departamentos Curriculares	X	
do Conselho Pedagógico	X	
A escola reorienta a sua ação educativa em funções dos resultados dos alunos com NEE	X	
A escola tem conhecimento do impacto da sua ação educativa junto das famílias dos alunos com NEE e da comunidade envolvente	X	
A monitorização dos resultados dos alunos é partilhada com a equipa de autoavaliação da escola	X	

Quadro 28 - Monitorização dos resultados dos alunos com NEE

3.4.FORMAÇÃO

O Centro de Formação das Terras de Santa Maria, a que este agrupamento pertence, tem organizado ações de formação no âmbito da Educação Especial (pessoal docente e não docente) como se pode analisar através do quadro seguinte.

Ano Letivo 2016/2017	Pessoal Docente	Pessoal Não Docente	Pais/Encarregados de Educação
	Ações		
Centro de Formação	0	0	0
Agrupamento	1	1	1
Total	1	1	1

Quadro 29 – Formação interna e externa e utilidade das ações de formação no âmbito da educação especial no último ano

As ações de formação interna e externa foram úteis para a melhoria da prática pedagógica/educativa.

No início do ano letivo, integrado no Plano de Atividades e das estratégias apontadas pelos relatórios de autoavaliação anteriores, o grupo de Educação Especial promoveu uma sessão formativa para todos os Educadores, Titulares de Turma e Diretores de Turma, de forma a dotar os participantes de conhecimentos acrescidos acerca de como elaborar Adequações Curriculares.

Decorrente também das necessidades inventariadas, a Diretora deste agrupamento promoveu a realização da PALESTRA “Comportamentos de Oposição – por trás da cortina”, com a duração de 3 horas, orientada pelo Doutor Nuno Lobo Antunes, na Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira, a 16/02/2017. A sessão contou com a presença de cerca de 100 docentes do agrupamento e foi aberta a docentes e técnicos externos.

Foram ainda promovidos três Workshops pelos docentes da Educação Especial sobre a temática “Adequações Curriculares Individuais”, para os docentes do 1º, 2º e 3º ciclos do

Agrupamento. Estes Workshops foram dinamizados com uma componente teórica onde foi explicitada a medida educativa supracitada através de um PowerPoint, e uma atividade prática na qual os docentes, divididos por grupo disciplinar, definiram adequações curriculares para a sua disciplina para um aluno com um determinado perfil de funcionalidade.

Relativamente à formação/sensibilização dos encarregados de educação dos alunos com necessidades educativas especiais, o grupo de Educação Especial procurou sensibilizar/acompanhar os encarregados de educação, nas reuniões agendadas, juntamente com os docentes titulares e diretores de turma, coordenadores do Programa Educativo Individual e, proporcionou uma formação para pais e encarregados de educação, no final do 2º período, integrada nas atividades OpenWeek do Agrupamento, em parceria com a FapFeira e a Clínica Hope, sob o tema “Autonomia na criança/jovem NEE – o papel do cuidador”. Esta formação foi apresentada pelas Terapeutas da Fala e Ocupacional Ana Vieira e Cláudia Correia

A Educação Especial supõe, nos diversos níveis da sua operacionalização, a colaboração e cooperação dos pais e encarregados de educação, assumindo particular importância a organização de ações de sensibilização para os apoios especializados e temáticas conexas, bem como de espaços de partilha de experiências e de saberes.

4. SUBSÍDIO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – REQUERIMENTOS E DECLARAÇÕES (Modelo 5020)

A análise do quadro seguinte permite ter uma noção das necessidades sentidas pelos encarregados de educação/pais que extravasam a capacidade de resposta das escolas.

Requerimentos (5020)	Pré-Escolar	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
Requerimentos para alunos com NEE	0	0	5	0
Requerimento para outros alunos	0	0	0	0
TOTAL	0	0	5	0

Quadro 30 – Requerimentos e declarações no ano

Da análise da tabela verifica-se que foram solicitados através do Médico de Família à Segurança Social (Cf. Decreto Regulamentar n.º 3/2016, de 23/08), 5 pedidos de apoio a subsídios por frequência de estabelecimento de educação especial, sendo todas essas solicitações para alunos abrangidos pela Educação Especial.

5. ASPETOS A MELHORAR

5.1. FORMAÇÃO

- Continuar apostar na formação interna para pais/encarregados de educação, para que estejam mais envolvidos na dinâmica da escola.
- Organizar ações de formação na área da Educação Especial, tendo como público-alvo os Assistentes Operacionais, direcionadas para trabalho e apoio especializado.

5.2. PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

- Estimular a participação dos pais no processo de ensino/aprendizagem dos seus educandos.

5.3. DOCENTES

- Promover uma maior cooperação na planificação e na intervenção pedagógica e respetiva monitorização e avaliação em conselho de turma
- Promover um maior rigor no planeamento da intervenção educativa

6. CONCLUSÃO

Este relatório de autoavaliação refletiu sobre as práticas da EDUCAÇÃO ESPECIAL levadas a cabo no ano letivo de 2016/2017 e debruçou-se sobre a qualidade das respostas educativas proporcionadas às crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente e os resultados alcançados, contribuindo para o aperfeiçoamento e a melhoria da prática da escola.

O sucesso alcançado deve-se a um grande esforço num âmbito multidisciplinar e numa perspetiva holística como resposta educativa para cada aluno.